



Limites de posições, controlos de gestão das entidades gestoras e reporte de posições em derivados de mercadorias

Lisboa, 31 de Janeiro de 2017



1. ANTEPROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DA DMIF II

A. Limites às posições de instrumentos financeiros derivados de mercadorias [art. 257.º-E do Cód.VM]

B. Controlos de gestão de posições em instrumentos financeiros derivados de mercadorias [art. 257.º-F do Cód.VM]

C. Reporte de posições de instrumentos financeiros derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados [art. 257.º-G do Cód.VM]



1. ENQUADRAMENTO

DMIF II

Art. 57.º

Limites às posições e controlos de gestão das posições em derivados de mercadorias

Art. 58.º

Comunicação das posições por categoria de detentores de posições

Normas técnicas de regulamentação (RTS/ITS)

RTS 21

Normas técnicas de regulamentação para a aplicação de limites às posições em derivados de mercadorias

Regulamento Delegado DMIF II (art. 83.º)

ITS 4

Normas técnicas de implementação relativas ao reporte de posições (AC e ESMA)

ITS 5

Normas técnicas de implementação relativas ao prazo de reporte de posições à ESMA

Anteprojeto de transposição: Cód.VM

• Art. 257.º - E

Limites de posições em instrumentos financeiros derivados de mercadorias

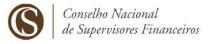
• Art. 257.º - F

Controlos de gestão de posições em instrumentos financeiros derivados de mercadorias

• Art. 257.º - G

Questions and Answers ESMA

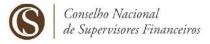
Reporte de posições de instrumentos financeiros derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados





1. LIMITES ÀS POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS [art. 257.º-E do Cód.VM]

- A. Definição e aplicação pela CMVM de limites sobre instrumentos financeiros derivados de mercadorias admitidos à negociação em Plataformas de Negociação
- Os limites são definidos e aplicados às posições de derivados de mercadorias negociados em plataformas de negociação e derivados economicamente equivalentes negociados fora de plataformas de negociação (contratos OTC).
- Os limites s\(\tilde{a}\) aplicados \(\tilde{a}\)s posi\(\tilde{c}\)oes l\(\tilde{q}\)uidas detidas por uma "pessoa", por si, e de forma agregada ao n\(\tilde{v}\)el do grupo a que pertence.
- Os limites não são aplicáveis a derivados de mercadorias detidos por uma entidade não financeira que, de forma objetivamente mensurável, reduzam os riscos diretamente relacionados com a atividade comercial desenvolvida por essa entidade.
- Caso o derivado seja negociado em plataformas de negociação localizadas em jurisdições distintas, a Autoridade Competente da plataforma em que se registou o maior volume de negociação Autoridade Competente Central define o limite único a aplicar.

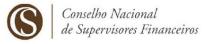




1. LIMITES ÀS POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS [art. 257.º-E do Cód.VM]

Em relação aos limites:

- Os limites são definidos em relação aos derivados de mercadorias admitidos à negociação em plataformas de negociação: mercados regulamentados, sistemas de negociação multilateral e sistemas de negociação organizada.
- Para um mesmo derivado de mercadorias, serão definidos dois limites: para "contrato à vista" (spot month) e para "contrato a prazo" (other months).
- Os limites são definidos de acordo com a metodologia estabelecida pela ESMA (RTS 21)
 e são comunicados à ESMA para publicação centralizada.
- A **Autoridade Competente Central** é a Autoridade Competente da plataforma de negociação **onde se registou o maior volume de negociação** para um determinado derivado de mercadorias (conceito concretizado no **RTS 21**).

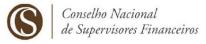




1. LIMITES ÀS POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS [art. 257.º-E do Cód.VM]

Em relação às posições:

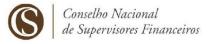
- A metodologia de cálculo das posições líquidas é concretizada no RTS 21, incluindo o cálculo das posições agregadas das entidades jurídicas de um mesmo grupo.
- Os limites são aplicados em relação às posições resultantes de um mesmo derivado de mercadorias, incluindo derivados considerados idênticos negociados em distintas plataformas de negociação e derivados OTC considerados economicamente equivalentes (conceitos concretizados no RTS 21).
- Os critérios para considerar se a posição detida por uma entidade não financeira reduz os riscos diretamente relacionados com a sua atividade comercial são concretizados no RTS 21.
- Para o efeito, a entidade não financeira apresenta um pedido de isenção junto da Autoridade Competente que define o limite às posições para esse derivado de mercadorias. A Autoridade Competente aprova ou rejeita o pedido de isenção.





2. CONTROLOS DE GESTÃO DE POSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS [art. 257.º-F do Cód.VM]

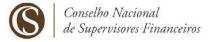
- B. Definição e aplicação pelas Plataformas de Negociação de controlos de gestão de posições em instrumentos financeiros derivados de mercadorias
- As plataformas de negociação que admitam a negociação de derivados de mercadorias definem e aplicam controlos de gestão de posições nesses derivados, que incluem:
 - Acompanhar as posições abertas nos derivados de mercadorias;
 - Aceder a todas as informações sobre a dimensão e finalidade das posições detidas (incluindo beneficiários efetivos);
 - Por forma a assegurar o cumprimento dos limites, exigir que uma pessoa feche ou reduza uma posição em derivados de mercadorias, de forma temporária ou permanente; e
 - Com o objetivo de mitigar os efeitos de uma posição importante ou dominante, exigir que uma pessoa forneça liquidez ao mercado a preços e volumes acordados.





2. CONTROLOS DE GESTÃO DE POSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS [art. 257.º-F do Cód.VM]

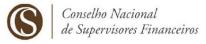
- Os controlos de gestão definidos devem estar previstos nas regras da plataforma de negociação, as quais estão sujeitas a registo junto da CMVM (arts. 202.º/1 e 209.º do Cód.VM).
- Os controlos de gestão definidos pelas plataformas de negociação são comunicadas pela CMVM à ESMA, que publica no seu website uma base de dados com os controlos de gestão de posições.





3. REPORTE DE POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS, LICENÇAS DE EMISSÃO E RESPETIVOS DERIVADOS [art. 257.º-G do Cód.VM]

- C. Reporte pelas Plataformas de Negociação de posições em derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados
- As plataformas de negociação que admitam a negociação de derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados devem:
 - Reportar à CMVM diariamente as posições em derivados detidas pelos seus membros ou participantes, e respetivos clientes (repartição completa).
 - Divulgar ao público um relatório semanal com as posições agregadas detidas pelas diferentes categorias de pessoas, caso excedam os limiares mínimos definidos no Regulamento Delegado da DMIF II.
 - ➢ Reportar à CMVM e à ESMA o relatório semanal publicado, de acordo com o formato e prazos concretizados no ITS 4 e no ITS 5 (reporte à ESMA). A ESMA procede à publicação centralizada desta informação.





3. REPORTE DE POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS, LICENÇAS DE EMISSÃO E RESPETIVOS DERIVADOS [art. 257.º-G do Cód.VM]

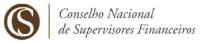
- Os membros ou participantes de uma plataforma de negociação comunicam-lhe diariamente informação sobre as posições detidas em derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados, incluindo posições de clientes até ao respetivo beneficiário efetivo.
- As plataformas de negociação classificam as pessoas que detenham posições nestes derivados de acordo com as seguintes categorias:
 - Empresas de investimento ou instituições de crédito;
 - Organismos de investimento coletivo;
 - Outras instituições financeiras, incluindo empresas de seguros e empresas de resseguros e instituições de realização de planos de pensões profissionais;
 - Empresas comerciais;
 - No caso de licenças de emissão e respetivos derivados, os operadores sujeitos às obrigações da Diretiva 2003/87/CE, de 13 de outubro de 2003 (relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade).

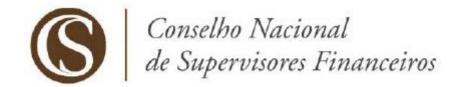




3. REPORTE DE POSIÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE MERCADORIAS, LICENÇAS DE EMISSÃO E RESPETIVOS DERIVADOS [art. 257.º-G do Cód.VM]

- C. Reporte pelos Intermediários Financeiros de posições em derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados
- Os intermediários financeiros que executam operações fora de plataformas de negociação em derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados admitidos à negociação em plataformas de negociação devem:
 - Reportar diariamente as posições em derivados detidas por si ou por clientes e respetivos beneficiários efetivos (repartição completa) de acordo com o formato concretizado no ITS 4:
 - à CMVM, como Autoridade Competente da plataforma de negociação; ou
 - à Autoridade Competente Central da plataforma de negociação, no caso dos derivados em causa serem negociados em plataformas de negociação localizadas em diferentes jurisdições.
 - Incluir no reporte os contratos economicamente equivalentes negociados fora de plataformas de negociação e distinguir posições de cobertura de riscos de outras posições.







APRESENTAÇÃO

LIMITES DE POSIÇÕES, CONTROLOS DAS ENTIDADES GESTORAS E REPORTE DE POSIÇÕES EM DERIVADOS DE MERCADORIAS

Lisboa, 31 de Janeiro de 2017

Sandra Lage